

Gestão 2020-2022

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Paulo Cezar dos Passos
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 2646/2020-PGJ, DE 5.8.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Celso Antonio Botelho de Carvalho 1 (um) dia de férias compensatórias, referente ao feriado forense de 20 de dezembro de 2005 a 6 de janeiro de 2006, a ser usufruído no dia 7.8.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2647/2020-PGJ, DE 5.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Eduardo FonticIELha De Rose 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 5 e 6.11.2016, a serem usufruídos nos dias 6 e 7.8.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2648/2020-PGJ, DE 5.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Nicolau Bacarji Junior 3 (três) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 22 a 29.7.2019, a serem usufruídos nos dias 12, 13 e 14.8.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2650/2020-PGJ, DE 5.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “f”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Itaporã, Radamés de Almeida Domingos, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 7ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados, nos dias 6 e 7.8.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Eduardo FonticIELha De Rose.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2654/2020-PGJ, DE 6.8.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa 12 (doze) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídos no período de 7 a 18.12.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994; e tornar sem efeito a Portaria nº 2303/2020-PGJ, de 30.6.2020, na parte que concedeu à referida Promotora de Justiça férias individuais no mesmo período.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2660/2020-PGJ, DE 7.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à 1ª Promotora de Justiça de Caarapó, Fernanda Rottili Dias, 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 11.12.2016, a ser usufruído no dia 7.8.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2661/2020-PGJ, DE 7.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao 2º Promotor de Justiça de Caarapó, Arthur Dias Junior, 1 (um) dia de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no dia 22.1.2017, a ser usufruído no dia 7.8.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2662/2020-PGJ, DE 7.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à 1ª Promotora de Justiça de Caarapó, Fernanda Rottili Dias, 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídos no período de 10 a 14.8.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 2670/2020-PGJ, DE 7.8.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao 2º Promotor de Justiça de Caarapó, Arthur Dias Junior, 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídos no período de 10 a 14.8.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2657/2020-PGJ, DE 7.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os servidores Lygia Mara Rosa da Silva, Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz e Pedro do Carmo Sandim Junior, ocupantes do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Processante para apurar, no prazo de 60 (sessenta) dias, os fatos constantes no Processo PGJ/10/1387/2020.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 2658/2020-PGJ, DE 7.8.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, a partir de 28.7.2020, a servidora Lucilene Spolladore Schuhmann, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, área de atividade Administrativa, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços junto à Secretaria de Planejamento e Gestão.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº e-1/2020/PGJ, DE 15.7.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Andreia Fernandes Francischini, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 30.9 a 9.10.2020 e 1 a 10.3.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 15 a 24.9.2020, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-2/2020/PGJ, DE 15.7.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Sabrina Lopes Baes Figueira Ferreira, referentes ao período aquisitivo 2019/2020, a serem usufruídas nos períodos de 11 a 20.1.2021 e 12 a 21.7.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 25.1 a 3.2.2021, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-4/2020/PGJ, DE 17.7.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao(à) servidor(a) Nadia de Moura Mattos, referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a serem usufruídas nos períodos de 9 a 18.11.2020 e 25.1 a 3.2.2021, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário no período de 23.11 a 2.12.2020, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2631/2020-PGJ, DE 4.8.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 180/2020-PGJ, de 20.1.2020, com a redação dada pela Portaria nº 1644/2020-PGJ, de 8.5.2020, na parte em que concedeu o segundo período de férias à então servidora Alessandra da Costa Cordeiro, que seriam usufruídas no período de 9 a 18.11.2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 2649/2020-PGJ, DE 5.8.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Diogo Felliphe da Silva Maluf Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Rio Brilhante, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 14ª Promotoria de Justiça de Dourados, mediante acesso aos sistemas informatizados, com atendimento presencial uma vez na semana, a partir de 10.7.2020, até ulterior deliberação.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2663/2020-PGJ, DE 7.8.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Paulo Jorge Alves Praça, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 13.7 a 10.9.2020, em prorrogação, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, c/c o artigo 19, inciso II, alínea “d”, do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, o artigo 53 da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005, com a redação dada pela Lei nº 5.101, de 1º de dezembro de 2017.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2664/2020-PGJ, DE 7.8.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Fabíola Márcia Shimabukuro, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 21.7 a 4.8.2020, inicial, nos termos dos artigos 130, inciso I, 132 e 136 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c os artigos 19, inciso II, alínea “c”, e 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 2667/2020-PGJ, DE 7.8.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Gerson Estevam da Silva Junior, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 9ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 40ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, a partir de 27.7.2020, até ulterior deliberação.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa



GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS

AVISO Nº 42/2020-GED

XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), considerando a inexistência de candidatos a serem convocados na comarca de Coxim, torna pública a **OPORTUNIDADE** aos candidatos aprovados no XXII Processo de Seleção de Estagiários, homologado por meio do Aviso nº 1/2019-GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.031, de 16 de agosto de 2019, e prorrogado por meio do Aviso nº 21/2020-SGP, de 22 de julho de 2020, publicado no DOMP nº 2.251, de 23 de julho de 2020, para estágio de Ensino Superior, área de Direito, nível de pós-graduação, **ainda não empossados**, para manifestação de interesse de exercício **presencial** em cidade diversa daquela pela qual originalmente optaram, na comarca de Coxim, em atenção ao disposto no item 4.2, subitens 4.2.1 e 4.2.2, do Capítulo VIII do Edital nº 1/2019-XXIIPSE-MPMS, publicado no DOMP nº 1.949, de 15 de abril de 2019.

Os candidatos aprovados no XXII Processo Seletivo de Estagiários do MPMS interessados em assumir as vagas em disponibilidade nas Promotorias de Justiça de Coxim deverão se manifestar, impreterivelmente, no prazo de 3 (três) dias úteis a partir da publicação deste Aviso (iniciada a contagem do prazo no primeiro dia útil seguinte a esta), por meio do preenchimento do **Anexo Único** (Manifestação de Interesse de Estágio), que deverá ser enviado ao endereço eletrônico ged@mpms.mp.br.

Os candidatos que fizerem a opção pelas vagas oferecidas neste Aviso e forem convocados para exercer o estágio nas Promotorias de Justiça da comarca de Coxim automaticamente serão excluídos da lista original relativa à cidade pela qual optaram no momento da inscrição, conforme previsto no Edital nº 1/2019-XXIIPSE-MPMS, Capítulo VIII, item 4 e respectivos subitens.

Como critério de classificação, será considerada a nota final de cada candidato, observado o Anexo V do Edital nº 13/2019-GED, republicado no DOMP nº 2.026, de 9 de agosto de 2019, p. 55 a 68, utilizando-se os critérios de desempate previstos no Edital nº 1/2019-XXIIPSE-MPMS, Capítulo VIII, item 2.

Campo Grande, 07 de agosto de 2020.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

ANEXO ÚNICO DO AVISO Nº 42/2020-GED MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DE EXERCÍCIO PRESENCIAL EM CIDADE DIVERSA

Eu, (nome)_____, (nacionalidade)_____, (estado civil)_____, residente e domiciliado(a) no(a)_____ nº _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, aprovado(a) no XXII Processo de Seleção de Estagiários do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, homologado por meio do Aviso nº 1/2019/GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.031, de 16 de agosto de 2019, e prorrogado por meio do Aviso nº 21/2020-SGP, de 22 de julho de 2020, publicado no DOMP nº 2.251, de 23 de julho de 2020, venho, por meio deste, diante da oportunidade concedida no Aviso nº 042/2020-GED, formalizar meu **INTERESSE EM EXERCER O ESTÁGIO PRESENCIAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, na comarca de COXIM**, assumindo o compromisso de aguardar **aviso de convocação** para apresentar os documentos constantes do item 11 do Capítulo X (Da Convocação e Admissão) do referido edital, no prazo a ser estipulado na convocação futura, a fim de que seja confeccionado o Termo de Compromisso de Estágio.

Por fim, declaro ter ciência da disposição expressa contida no Capítulo VIII (Do Resultado e da Classificação),



subitem 4.3, do mencionado edital¹.

(Cidade)_____, (Estado)____, (dia)____ de (mês)_____ de 2020.

Nome completo do(a) candidato(a)

AVISO Nº 43/2020-GED

XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, **CONVOCA os candidatos de graduação em Direito** aprovados no XXII Processo de Seleção de Estagiários do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 1/2019-GED, de 15 de agosto de 2019, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 2.031, de 16 de agosto de 2019, e prorrogado por meio do Aviso nº 21/2020-SGP, de 22 de julho de 2020, publicado no DOMP nº 2.251, de 23 de julho de 2020, para a **entrega dos documentos necessários ao credenciamento**.

OS CANDIDATOS CONVOCADOS DEVERÃO ENVIAR *E-MAIL* PARA A GED – ged@mpms.mp.br – **ENTRE OS DIAS 17 E 19.8.2020, ATÉ ÀS 19H**, COM A DOCUMENTAÇÃO INDICADA NO ITEM 11 DO CAPÍTULO X DO EDITAL Nº 1/2019-XXIIPSE-MPMS, DE 12 DE ABRIL DE 2019, PUBLICADO NO DOMP Nº 1.949, DE 15 DE ABRIL DE 2019, REPRODUZIDA NO ITEM 2 DESTA AVISO (**RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO**).

O E-MAIL DEVERÁ CONTER NO ASSUNTO O NOME DO(A) CANDIDATO(A) E O NÍVEL DE ESCOLARIDADE (GRADUAÇÃO). COM A ENTRADA EM EXERCÍCIO, OS DOCUMENTOS ORIGINAIS DEVERÃO SER ENTREGUES NO ÓRGÃO DE EXECUÇÃO, PARA ARQUIVO.

1. CANDIDATOS CONVOCADOS – DIREITO – NÍVEL GRADUAÇÃO

1.1 COMARCA DE CAMPO GRANDE

LOCAL: Gestão de Estagiários de Direito (GED) – situada na unidade do MPMS localizada na Rua São Vicente de Paula, 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande.

MATUTINO

CANDIDATA	POSIÇÃO
CAROLINE CAPISTRANO NOGUEIRA	108ª
LAURA LUÍSA COSSINI DE OLIVEIRA DE SOUZA	109ª
MARIA ODETE DOS SANTOS SILVA	110ª

¹ “O candidato que for convocado para exercer o estágio em qualquer das listas fica automaticamente excluído da outra lista, ou seja, se nomeado na lista da cidade pela qual optou no momento da inscrição para estagiar, fica excluído da lista geral e vice-versa



VESPERTINO

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
BRENDON KAZUYUKI HIGA PLEUTIN	108º
EVELLYN CAROLINE DE JESUS DOS SANTOS	109ª
IZABELLA APARECIDA MELO DE SOUZA	110ª
LUCAS NASCIMENTO RODRIGUES DE FREITAS	111º
LARISSA ANTUNES CARVALHO	112ª
VITOR HUGO CASTRO DE OLIVEIRA	113º
ANNA GABRIELY FONSECA DE SOUZA	114ª
NATÁLIA DA SILVA RIOS	115ª
LISA PIETRA CARDOZO DE SOUSA	116ª
BRUNA RODRIGUES MULLER	117ª

1.2 COMARCA DE DOURADOS

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua João Corrêa Neto, 400, Santo Antônio, Dourados.

MATUTINO

CANDIDATA	POSIÇÃO
NATÁLIA MELO SILVA	15ª

1.3 COMARCA DE IVINHEMA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Praça dos Poderes, 900, Vitória, Ivinhema.

CANDIDATA	POSIÇÃO
KARLA GABRIELLY ALMEIDA	7ª

1.4 COMARCA DE NAVIRAÍ

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua dos Pioneiros, 50, Centro, Naviraí.

CANDIDATA	POSIÇÃO
LEIDYANE THAYSA DOS SANTOS BATISTA	1ª

1.5 COMARCA DE NOVA ANDRADINA

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado na Rua São José, 564, Centro, Nova Andradina.

CANDIDATO(A)	POSIÇÃO
LARISSA ALVES PINHEIRO	8ª
GUILHERME SEVAZZI SMANIOTTO	9º

1.6 COMARCA DE RIO NEGRO

LOCAL: Edifício das Promotorias de Justiça, situado à Rua Nove de Maio, 305, Centro, Rio Negro.

CANDIDATA	POSIÇÃO
BIANCA ESTEVAM LEMOS	1ª

2. RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA CREDENCIAMENTO

2.1. Para admissão, o(a) candidato(a) de nível superior deverá apresentar os seguintes documentos:

DISCRIMINAÇÃO
Fotocópia legível da Carteira de Identidade e do CPF
2 (duas) fotografias 3x4, recentes e coloridas
Comprovante da tipagem sanguínea
Atestado médico que comprove a aptidão clínica necessária à realização das atividades de estágio, por meio de anamnese e exame físico
Declaração ou certidão de matrícula atualizada, emitida pela instituição de ensino, conveniada com o Ministério Público Estadual, constando as seguintes informações: ano letivo, turno, semestre, número de dependências de disciplinas ou não possui dependências e data prevista para conclusão do curso (não será aceito documento que não contenha todas as informações)
Certidão de inexistência de antecedentes criminais, onde o(a) candidato(a) houver residido nos últimos cinco anos, emitida pelas Justiças Federal e Estadual e pelas Polícias Federal e Estadual
Declaração de ausência dos impedimentos previstos nos arts. 42 e 50 da Resolução nº 15/2010-PGJ, de 27.7.2010, e no art. 19 da



Resolução nº 42 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) – modelo disponível no Portal do MPMS, link “Estagiários”, aba “Formulários”
Ficha de cadastro – disponível no Portal do MPMS, link “Estagiários”, aba “Formulários”
Declaração de que não exerce função em diretoria de partido político – modelo disponível no Portal do MPMS, link “Estagiários”, aba “Formulários”
Comprovante de conta-corrente no Banco do Brasil S/A ou declaração para esse fim – modelo disponível no Portal do MPMS, link “Estagiários”, aba “Formulários”

Conforme previsão expressa no Edital nº 1/2019-XXIIPSE, no capítulo X, “Da Convocação e Admissão”, item 4, o(a) candidato(a) regularmente convocado(a) deverá manifestar-se, por meio de mensagem eletrônica, no prazo de 3 (três) dias úteis, para formalizar o interesse no exercício do estágio, desistência formal ou transposição para o final de lista, se for o caso, sob pena de decadência do direito de posse no processo de seleção.

REITERA-SE O ENDEREÇO ELETRÔNICO DE ENVIO DA MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE NO ESTÁGIO PARA OS CANDIDATOS APROVADOS DO CURSO DE DIREITO, NÍVEL DE GRADUAÇÃO: ged@mpms.mp.br. AS DÚVIDAS PODERÃO SER TIRADAS NOS TELEFONES DA GED: (67) 3357-2555 / 3357-2556 / 3357-2658 E (67) 9. 8478-1012 (APENAS MENSAGENS).

Campo Grande, 7 de agosto de 2020.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

AVISO Nº 44/2020-GED

XXII PROCESSO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS), por intermédio da Promotora de Justiça e Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito (GED), Clarissa Carlotto Torres, torna pública a relação dos candidatos aprovados XXII Processo de Seleção de Estagiários do MPMS que manifestaram opção de **DESISTÊNCIA TEMPORÁRIA** da vaga de estagiário, renunciando à sua classificação original e sendo reposicionados em último lugar na fila dos aprovados, nos termos do item 7 do Capítulo X do Edital nº 1/2019-XXIIPSE, de 12 de abril de 2019, publicado no DOMP nº 1.949, de 15 de abril de 2019.

CANDIDATO	COMARCA	NÍVEL	CONVOCAÇÃO
Jéssica Nágilla Hagemeyer	Três Lagoas	Pós-Graduação	Aviso nº 026/2020-GED (DOMP nº 2.220, de 8.6.2020)

Campo Grande, 07 de agosto de 2020.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DO PRIMEIRO APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 50/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/3775/2017

Partes:

1- **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **CONSTRUTORA ILHA GRANDE LTDA.**, representado por **Flávio Lorenzon**.

Licitação: Concorrência nº 1/CPL/PGJ/2019.

Amparo legal: Artigo 65, §8º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: Reajustar o valor contratual em R\$ 17.207,51 (dezesete mil duzentos e sete reais e cinquenta e um centavos), pela aplicação da variação do INCC-DI (Índice Nacional de Custo da Construção), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), consonante teor do item 9.7, da Cláusula Nona, com efeitos a partir de 17 de junho de 2020.

Valor contratual: R\$ 906.149,71 (novecentos e seis mil cento e quarenta e nove reais e setenta e um centavos).

Vigência: 07.08.2020 a 29.11.2020.

Data da assinatura: 07 de agosto de 2020.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 41/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0849/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA, AO ENSINO E À CULTURA - FAPEC**, representado por sua Diretora-Presidente, **Nilde Clara de Souza Benites Brun**.

Procedimento licitatório: Licitação dispensada, de acordo com o artigo 24, inciso XIII, da Lei Federal nº 8.666/93.

Amparo legal: Artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666/93.

Objeto: Redução do valor contratual, em 0,71% (setenta e um centésimos por cento), em decorrência da Portaria nº 1181/2020-PGJ, de 6 de abril de 2020, que determina contingenciamento em até 20% (vinte por cento) nas despesas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul; e a redução do valor da taxa de inscrição para os candidatos cursando nível superior/graduação e nível superior/pós-graduação.

Valor estimado total: R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).

Vigência: 31.07.2020 a 22.04.2021.

Data de assinatura: 31 de julho de 2020.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 69/PGJ/2017

Processo: PGJ/10/1274/2017

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- **EXPRESSO ENTULHOS LTDA.**, representada por **Diego Azevedo Chaves Alves**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 15/PGJ/2017.

Amparo legal: Artigo 57, inciso IV, e, artigo 65, inciso II, alínea “d”, e §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, reajuste do valor contratado, aplicando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), consoante teor da Cláusula Quarta, e redução do valor contratual, em 5% (cinco por cento), em decorrência da Portaria nº 1181/2020-PGJ, de 6 de abril de 2020, que determina contingenciamento em até 20% (vinte por cento) nas despesas do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, até 31 de dezembro de 2020.

Valor anual estimado do Contrato: R\$ 29.395,92 (vinte e nove mil trezentos e noventa e cinco reais e noventa e dois centavos).

Vigência: 07.08.2020 a 07.08.2021.

Data de assinatura: 5 de agosto de 2020



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/PGJ/2019-SRP - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.088 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019 (PÁGINA 31), NO DOMP-MS Nº 2.141 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020 (PÁGINA 14) E NO DOMP-MS Nº 2.199 DE 8 DE MAIO DE 2020 (PÁGINA 17) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2696/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **COMERCIAL MARELLY EIRELI**, representada por **Maria Aparecida Santana Werneck**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 13/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de copa e cozinha (bule, chaleira, jarra e outros), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Bule de aço inox, com tampa em aço inox, cabo em baquelite ou material termoplástico, capacidade de 1 a 2 litros, com fundo plano, com diâmetro maior que 10 cm e menor que 20 cm, para utilização em fogão elétrico. Marca: ART.	Unidade	50	78,70
4	Chaleira de aço inox, com tampa em inox, alça em baquelite ou material termoplástico, capacidade de 3,5 a 5 litros, com fundo plano, diâmetro maior que 12 cm e menor que 26 cm, para utilização em fogão elétrico. Marca: KEHOME.	Unidade	50	65,00
7	Jarra para água, confeccionada em vidro resistente, mínimo de 3mm e com alça no próprio vidro, transparente, com tampa, capacidade de 1,5 a 2 litros, com selo da garantia, composição e informações do fabricante, estampados na peça. Marcas de referência: Marinex, Etna, Luna e Luminarc. Marca: CIV / Modelo: LUNA.	Unidade	500	15,41
8	Leiteira de aço inox, com cabo, sem tampa, capacidade de 2 a 3 litros, com fundo plano, diâmetro maior que 12 e menor que 26cm, para utilização em fogão elétrico. Marca: G. MIX.	Unidade	50	95,44
9	Leiteira em alumínio polido, com espessura de no mínimo 2mm, com alça em baquelite ou material termoplástico, com capacidade de 2 a 3 litros. Marca: MSR.	Unidade	100	22,40

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 5 de novembro de 2019.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 28/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/PGJ/2019-SRP - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.088 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019 (PÁGINAS 23 A 24), NO DOMP-MS Nº 2.141 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020 (PÁGINA 13) E NO DOMP-MS Nº 2.199 DE 8 DE MAIO DE 2020 (PÁGINA 18) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2696/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **LOPEZ & FILHOS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, representada por **Bruno Talebi Paulo Lopez**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 13/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de copa e cozinha (bule, chaleira, jarra e outros), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	Chaleira de alumínio polido, com corpo e tampa em alumínio polido de no mínimo 2mm de espessura, com alça em baquelite ou material termoplástico, com capacidade de 2 a 3 litros. Marca: PICOLLI.	Unidade	100	46,88
3	Chaleira de alumínio polido, com corpo e tampa em alumínio polido de no mínimo 2mm de espessura, com alça em baquelite ou material termoplástico, com capacidade de 3,5 a 5 litros. Marca: PICOLLI.	Unidade	100	70,00
10	Leiteira em alumínio polido, com espessura de no mínimo 2mm, com alça em baquelite ou material termoplástico, capacidade de 3,5 a 5 litros. Marca: PICOLLI.	Unidade	100	25,20

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 5 de novembro de 2019.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 29/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/PGJ/2019-SRP - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.088 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019 (PÁGINA 24), NO DOMP-MS Nº 2.141 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020 (PÁGINA 15) E NO DOMP-MS Nº 2.199 DE 8 DE MAIO DE 2020 (PÁGINA 18) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2696/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **YOUSSEF AMIM YOUSSEF**, representada por **Youssef Amim Youssef**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 13/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de copa e cozinha (bule, chaleira, jarra e outros), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
5	Garrafa térmica, corpo em material plástico, tampa de pressão, ampola interna em vidro térmico, com capacidade de 1 litro. Marcas de referência: Invicta, Termolar ou Aladdin. Marca: INVICTA.	Unidade	1.000	27,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 5 de novembro de 2019.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 30/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/PGJ/2019-SRP - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.087 DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019 (PÁGINAS 12 A 13), NO DOMP-MS Nº 2.141 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020 (PÁGINA 15) E NO DOMP-MS Nº 2.199 DE 8 DE MAIO DE 2020 (PÁGINA 19) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2696/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **TY BORTHOLIN COMERCIAL LTDA**, representada por **Yuri Lavezzo Bortholin**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 13/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de copa e cozinha (bule, chaleira, jarra e outros), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
6	Guardanapo de papel branco, folha simples de alta qualidade, medindo 24 cm x 22 cm aproximadamente (admitindo-se 2 cm para mais ou para menos), sem furos, materiais estranhos ou sujidades, 100% de fibras naturais, embalado em pacotes plásticos com 50 (cinquenta) unidades, reembalados em caixa de papelão, conforme a praxe do fabricante, de forma a garantir a higiene e integridade do produto até seu uso. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e quantidade. Marcas de referência: Santepel, Snob, Scott e Kitchen. Marca: SANTEPEL.	Pacote	10.000	1,22

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 5 de novembro de 2019.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 31/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/PGJ/2019-SRP - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.087 DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019 (PÁGINA 13), NO DOMP-MS Nº 2.141 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020 (PÁGINA 16) E NO DOMP-MS Nº 2.199 DE 8 DE MAIO DE 2020 (PÁGINA 19) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2696/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **MPRR COMÉRCIO, ASSESSORIA E PARTICIPAÇÕES LTDA**, representada por **Tatiana Pereira Tedeschi**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 13/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de copa e cozinha (bule, chaleira, jarra e outros), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
11	Pano de prato, 100% algodão, medindo aproximadamente 46 x 68 cm (admitindo-se 3 cm para mais ou para menos). Marcas de referência: Flabom, Ximbica, Têxtil Abril, Novo Mundo. Marca: FLABOM.	Unidade	2.000	4,00

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 5 de novembro de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 32/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/PGJ/2019-SRP - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.087 DE 7 DE NOVEMBRO DE 2019 (PÁGINAS 13 A 14), NO DOMP-MS Nº 2.141 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020 (PÁGINA 16) E NO DOMP-MS Nº 2.199 DE 8 DE MAIO DE 2020 (PÁGINA 20) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2696/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **COMERCIAL TXV COMÉRCIO E SERVIÇO - EIRELI**, representada por **Gabriel Teixeira Viana**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 13/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de copa e cozinha (bule, chaleira, jarra e outros), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
12	Peneira plástica reforçada, para chá, medindo aproximadamente 19 cm de diâmetro (admitindo-se 2 cm para mais ou para menos). Marca: SBRISSA.	Unidade	200	6,17
13	Pote de vidro com tampa plástica ou metálica, redondo, com no mínimo 3 mm de espessura, transparente, capacidade de 2 litros. Marca: INVICTA.	Unidade	500	8,88

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 5 de novembro de 2019.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 33/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/PGJ/2019-SRP - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.088 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019 (PÁGINAS 24 A 26), NO DOMP-MS Nº 2.141 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020 (PÁGINAS 17 A 19) E NO DOMP-MS Nº 2.199 DE 8 DE MAIO DE 2020 (PÁGINAS 20 A 22) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2595/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **COMERCIAL S.B.S EIRELI**, representada por **Maria Aparecida Barbosa de Souza**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 15/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil (adesivo selante, aditivo líquido, cal hidratada, cimento, manta asfáltica, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
2	Adesivo para chapisco à base de resina estireno-butadieno (SBR). Substância com aspecto líquido de coloração branca; pH entre 8,5 a 10,0; densidade a 25°C: $\approx 1,001 \text{ g/cm}^3$; viscosidade Brookfield (F1/100 rpm, 25°C): $\geq 20 \text{ cPs}$. Galão de 3,6 kg; validade mínima de 12 meses. De acordo com os requisitos da norma ABNT NBR 13528/2010. Marcas de referência: Viapol, Weber ou Sika. Marca: Viapol.	Embalagem	25	41,20
3	Adesivo selante tixotrópico, monocomponente, alto módulo, antifungo, à base de borracha de silicone de cura neutra. Capacidade de movimentação entre 50% e 100%; densidade: $\approx 0,98 \text{ g/ml}$; dureza Shore A: ≈ 40 ; alongamento de ruptura: $> 600\%$; tempo de formação de película: ≤ 20 minutos; temperatura de trabalho: -40°C até $+150^\circ\text{C}$; temperatura ideal de aplicação entre $+5^\circ\text{C}$ e $+45^\circ\text{C}$; resistência a tração: $\geq 1,5 \text{ N/mm}^2$. Cartucho de 300 ml, inclusive bico aplicador; validade mínima de 6 meses. Marcas de referência: Sikasil SG-500 CN, Tek Bond ou Parasil. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
4	Adesivo selante tixotrópico, monocomponente, baixo módulo, antifungo, à base de borracha de silicone, de cura acética a partir do contato com a umidade do ar. Resistente ao raios UV, capacidade de movimentação de $\pm 25 \%$; densidade a 25°C entre 0,93 e 1,05 (g/mL); dureza Shore A: ≈ 25 ; alongamento de ruptura: $\geq 800 \%$; tempo de formação de película: ≤ 15 minutos; temperatura de trabalho: -50°C até $+150^\circ\text{C}$; temperatura ideal de aplicação entre $+5^\circ\text{C}$ e $+35^\circ\text{C}$. Cartucho de 300 ml, inclusive bico aplicador; validade mínima de 9 meses. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
5	Adesivo selante tixotrópico, monocomponente, médio módulo, antifungo, à base de borracha de silicone, de cura acética a partir do contato com a umidade do ar. Resistente a variações climáticas como chuvas e raios UV, capacidade de movimentação de $\pm 50\%$; densidade a 25°C entre 1,02 e 1,04 (g/ml); dureza Shore A: ≈ 22 ; alongamento de ruptura: $\geq 300\%$; tempo de formação de película: ≤ 20 minutos; temperatura de trabalho: -50°C até $+150^\circ\text{C}$; temperatura ideal de aplicação entre $+5^\circ\text{C}$ e $+45^\circ\text{C}$. Cartucho de 300 ml, inclusive bico aplicador; validade mínima de 10 meses. Marcas de referência Tytan, Tek Bond, Cascola. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
6	Adesivo vedante e selante à base de polímeros sintéticos. Consistência ultra viscosa; incolor; alta adesão aos substratos; possibilidade de pintura; resistente à água; sem odor e não inflamável. Densidade a 25°C: 1,04 g/mL a 1,05 g/mL; tempo de formação de película entre 2 e 15 minutos; tempo de cura total:	Unidade	200	Não registrado

	24 horas; tempo de cura para pintura: 72 horas; temperatura ideal de aplicação: +5°C a +45°C; temperatura de trabalho: -25°C a +80°C; alongamento à ruptura: > 700 %. Cartucho com 300 ml, inclusive bico aplicador. Validade mínima de 9 meses. Marca: Não registrada.			
7	Aditivo líquido acelerador de pega tipo AP. Substância com aspecto líquido; densidade: $\approx 1,35$ kg/l; valor do pH: $\approx 6,0 \pm 1,0$; embalagem: galão de 3,6 L; validade mínima de 9 meses. Conforme as condições exigidas pela norma ABNT NBR 11768/2011. Marca: Viapol.	Galão	25	50,00
11	Cal hidratada - CH II, composta por hidróxidos de cálcio e magnésio. Aparência sólida em forma de pó inodoro. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 5 meses. Em conformidade com as exigências físicas e químicas da norma ABNT NBR 7175. Marca: Não registrada.	Saco	50	Não registrado
12	Cal hidratada comum - CH-III, composta por hidróxidos de cálcio e magnésio. Aparência sólida em forma de pó inodoro. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 5 meses. Em conformidade com as exigências físicas e químicas da norma ABNT NBR 7175. Marca: Não registrada.	Saco	50	Não registrado
13	Cal hidratada especial com alto grau de pureza - CH-I, composta de hidróxidos de cálcio e magnésio. Aparência sólida em forma de pó inodoro. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 5 meses. Em conformidade com as exigências físicas e químicas da norma ABNT NBR 7175. Marca: Não registrada.	Saco	50	Não registrado
14	Cimento Portland composto com adição de escória granulada de alto-forno (CP II-E). Resistência à compressão aos 28 dias de 32 MPa. Embalagem: saco de 50 kg; validade mínima de 60 dias. De acordo com exigências da ABNT NBR 11578/1991 e ABNT NBR 5735. Marca: Não registrada.	Saco	500	Não registrado
15	Gesso em pó de secagem rápida para revestimento e pequenos reparos em áreas internas. Coloração branca; espreadimento: ≈ 10 cm; tempo de pega para revestimento: ≈ 30 min; resistência à flexão: ≥ 35 kg/cm ² . Embalagem com conteúdo de 1 kg; validade mínima de 3 meses. Em conformidade com as determinações da norma ABNT NBR 12127. Marca: Não registrada.	Unidade	50	Não registrado
16	Graute cimentício industrializado pronto para uso (após adição de água), composto por cimento Portland, agregados minerais, aditivos especiais e fluidificantes. Densidade da mistura sem brita: $\approx 2,24$ kg/l; temperatura ambiente para aplicação: entre +10°C e +35°C; tempo para aplicação após a mistura (25°C): 30 minutos; resistência à compressão em 1 dia: ≥ 20 MPa; resistência à compressão aos 28 dias: ≥ 50 MPa. Embalagem: saco de 25 kg; validade mínima de 6 meses. Em conformidade com os requisitos da norma ABNT NBR 13279. Marca: Não registrada.	Saco	50	Não registrado
17	Manta asfáltica com acabamento em alumínio para impermeabilização, tipo II - Classe C, pré-fabricada à base de cimento asfáltico de petróleo. Coloração preta com revestimento de filme de alumínio; espessura de 3 mm; resistência à tração mínima de 180 N; alongamento mínimo de 2 %; absorção de água máxima de 1,5%; resistência mínima ao impacto: $\geq 2,45$ J; temperatura de aplicação: entre +5°C e +40°C. Embalagem: rolo com 1 m de largura e 10 m de comprimento; validade mínima de 3 anos. Em conformidade com as especificações e requisitos da norma ABNT NBR 9952/2007. Marca: Viapol.	Rolo	25	374,90
18	Manta asfáltica com acabamento em polietileno e reforçada com não-tecido de poliéster, tipo IV. Espessura de 4 mm; resistência à tração mínima de 550 N; alongamento mínimo de 35%; absorção de água máxima de 1,5%; resistência mínima ao impacto: $\geq 4,90$ J; estanqueidade: ≈ 20 m.c.a; escoamento mínimo ao calor: 95%. Embalagem em rolo com 1 m de largura e 10 m de comprimento; validade mínima de 3 anos. Em conformidade com as especificações e requisitos da norma ABNT NBR 9952/2007. Marcas de referência: Viapol, Sika ou Weber. Marca: Viapol.	Rolo	25	414,99
19	Manta líquida impermeabilizante de aplicação a frio composta de resinas acrílicas. Densidade: $\approx 1,45$ kg/l; espessura: $\approx 0,8$ mm	Unidade	25	Não registrado



	para 1,0 kg/m ² a 1,2 kg/m ² ; secagem ao toque: ≈ 2 horas; temperatura de aplicação entre +10°C até +40°C; rendimento: ≈ 15 m ² a cada 15kg de impermeabilizante. Embalagem: balde de 18kg; validade mínima de 12 meses. Em conformidade com a norma ABNT NBR 13321/2008. Marca: Não registrada.			
20	Massa asfáltica usinada a quente para aplicação a frio, com composição mineral, ensacada e pronta para uso em reparo de asfaltos danificados. Tempo de secagem: ≈ 120 h; rendimento aproximado: ≈ 75 kg/m ² para uma espessura de 3 cm. saco de 15kg; validade mínima de 10 meses. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
21	Rejunte cimentício flexível tipo I (AR I) para rejuntamento de peças cerâmicas em ambientes externos e internos. Embalagem de saco plástico de 1kg; validade mínima de 9 meses. Em conformidade com as exigências de resistência, retração e absorção de água estipuladas pela norma ABNT NBR 14992/2003. Marca: Não registrada.	Pacote	50	Não registrado
22	Rejunte cimentício flexível tipo II (AR II) para rejuntamento de peças cerâmicas em ambientes externos e internos. Embalagem de saco plástico de 1kg; validade mínima de 9 meses. Em conformidade com as exigências de resistência, retração e absorção de água estipuladas pela norma ABNT NBR 14992/2003. Marca: Não registrada.	Pacote	50	Não registrado

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 6 de novembro de 2019.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/PGJ/2019-SRP - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.088 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019 (PÁGINAS 26 A 28), NO DOMP-MS Nº 2.141 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020 (PÁGINAS 19 A 21) E NO DOMP-MS Nº 2.199 DE 8 DE MAIO DE 2020 (PÁGINAS 23 A 24) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2595/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **HABITAR – COMÉRCIO EM GERAL E SERVIÇOS EIRELI**, representada por **Luciano Rufino da Silva**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 15/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil (adesivo selante, aditivo líquido, cal hidratada, cimento, manta asfáltica, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
3	Adesivo selante tixotrópico, monocomponente, alto módulo, antifungo, à base de borracha de silicone de cura neutra. Capacidade de movimentação entre 50% e 100%; densidade: ≈ 0,98 g/ml; dureza Shore A: ≈ 40; alongamento de ruptura: > 600%; tempo de formação de película: ≤ 20 minutos; temperatura de trabalho: -40°C até +150°C; temperatura ideal de aplicação entre +5°C e +45°C; resistência a tração: ≥ 1,5 N/mm ² . Cartucho de 300 ml, inclusive bico aplicador; validade mínima de 6 meses. Marcas de referência: Sikasil SG-500 CN, Tek Bond ou Parasil. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado



4	Adesivo selante tixotrópico, monocomponente, baixo módulo, antifungo, à base de borracha de silicone, de cura acética a partir do contato com a umidade do ar. Resistente ao raios UV, capacidade de movimentação de $\pm 25\%$; densidade a 25°C entre 0,93 e 1,05 (g/mL); dureza Shore A: ≈ 25 ; alongamento de ruptura: $\geq 800\%$; tempo de formação de película: ≤ 15 minutos; temperatura de trabalho: -50°C até $+150^{\circ}\text{C}$; temperatura ideal de aplicação entre $+5^{\circ}\text{C}$ e $+35^{\circ}\text{C}$. Cartucho de 300 ml, inclusive bico aplicador; validade mínima de 9 meses. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
5	Adesivo selante tixotrópico, monocomponente, médio módulo, antifungo, à base de borracha de silicone, de cura acética a partir do contato com a umidade do ar. Resistente a variações climáticas como chuvas e raios UV, capacidade de movimentação de $\pm 50\%$; densidade a 25°C entre 1,02 e 1,04 (g/ml); dureza Shore A: ≈ 22 ; alongamento de ruptura: $\geq 300\%$; tempo de formação de película: ≤ 20 minutos; temperatura de trabalho: -50°C até $+150^{\circ}\text{C}$; temperatura ideal de aplicação entre $+5^{\circ}\text{C}$ e $+45^{\circ}\text{C}$. Cartucho de 300 ml, inclusive bico aplicador; validade mínima de 10 meses. Marcas de referência Tytan, Tek Bond, Cascola. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
6	Adesivo vedante e selante à base de polímeros sintéticos. Consistência ultra viscosa; incolor; alta adesão aos substratos; possibilidade de pintura; resistente à água; sem odor e não inflamável. Densidade a 25°C : 1,04 g/mL a 1,05 g/mL; tempo de formação de película entre 2 e 15 minutos; tempo de cura total: 24 horas; tempo de cura para pintura: 72 horas; temperatura ideal de aplicação: $+5^{\circ}\text{C}$ a $+45^{\circ}\text{C}$; temperatura de trabalho: -25°C a $+80^{\circ}\text{C}$; alongamento à ruptura: $> 700\%$. Cartucho com 300 ml, inclusive bico aplicador. Validade mínima de 9 meses. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
8	Argamassa colante industrializada em estado seco tipo II (AC-II), cinza, para assentamento de placas cerâmicas, semigrês e ardósia. Uso em ambientes internos e externos e fachadas. Resistência mínima de aderência à tração aos 28 dias de 0,5 MPa. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 200 dias. Em conformidade com as exigências da ABNT NBR 14081/2004. Marca: Argasul.	Saco	100	20,25
9	Argamassa colante industrializada em estado seco tipo III (AC-III), cinza, para assentamento de peças cerâmicas, ardósias, porcelanatos, mármore e granitos. Uso em ambientes internos e externos, inclusive em locais com temperaturas e umidades elevadas. Resistência mínima de aderência à tração aos 28 dias de 1,0 MPa. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 200 dias. Em conformidade com as exigências da NBR 14081/2004. Marca: Argasul.	Saco	100	27,25
10	Argamassa colante industrializada em estado seco, tipo I (AC-I), cinza, para assentamento de placas cerâmicas em pisos e paredes de ambientes internos. Resistência mínima de aderência à tração aos 28 dias de 0,5 MPa. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 200 dias. Em conformidade com exigências da ABNT NBR 14081/2004. Marca: Argasul.	Saco	100	8,30
11	Cal hidratada - CH II, composta por hidróxidos de cálcio e magnésio. Aparência sólida em forma de pó inodoro. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 5 meses. Em conformidade com as exigências físicas e químicas da norma ABNT NBR 7175. Marca: Não registrada.	Saco	50	Não registrado
12	Cal hidratada comum - CH-III, composta por hidróxidos de cálcio e magnésio. Aparência sólida em forma de pó inodoro. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 5 meses. Em conformidade com as exigências físicas e químicas da norma ABNT NBR 7175. Marca: Não registrada.	Saco	50	Não registrado
13	Cal hidratada especial com alto grau de pureza - CH-I, composta de hidróxidos de cálcio e magnésio. Aparência sólida em forma de pó inodoro. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 5 meses. Em conformidade com as exigências físicas e químicas da norma ABNT NBR 7175. Marca: Não registrada.	Saco	50	Não registrado



14	Cimento Portland composto com adição de escória granulada de alto-forno (CP II-E). Resistência à compressão aos 28 dias de 32 MPa. Embalagem: saco de 50 kg; validade mínima de 60 dias. De acordo com exigências da ABNT NBR 11578/1991 e ABNT NBR 5735. Marca: Não registrada.	Saco	500	Não registrado
15	Gesso em pó de secagem rápida para revestimento e pequenos reparos em áreas internas. Coloração branca; espalhamento: ≈ 10 cm; tempo de pega para revestimento: ≈ 30 min; resistência à flexão: ≥ 35 kg/cm ² . Embalagem com conteúdo de 1 kg; validade mínima de 3 meses. Em conformidade com as determinações da norma ABNT NBR 12127. Marca: Não registrada.	Unidade	50	Não registrado
16	Graute cimentício industrializado pronto para uso (após adição de água), composto por cimento Portland, agregados minerais, aditivos especiais e fluidificantes. Densidade da mistura sem brita: $\approx 2,24$ kg/l; temperatura ambiente para aplicação: entre $+10^{\circ}\text{C}$ e $+35^{\circ}\text{C}$; tempo para aplicação após a mistura (25°C): 30 minutos; resistência à compressão em 1 dia: ≥ 20 MPa; resistência à compressão aos 28 dias: ≥ 50 MPa. Embalagem: saco de 25 kg; validade mínima de 6 meses. Em conformidade com os requisitos da norma ABNT NBR 13279. Marca: Não registrada.	Saco	50	Não registrado
19	Manta líquida impermeabilizante de aplicação a frio composta de resinas acrílicas. Densidade: $\approx 1,45$ kg/l; espessura: $\approx 0,8$ mm para $1,0$ kg/m ² a $1,2$ kg/m ² ; secagem ao toque: ≈ 2 horas; temperatura de aplicação entre $+10^{\circ}\text{C}$ até $+40^{\circ}\text{C}$; rendimento: ≈ 15 m ² a cada 15kg de impermeabilizante. Embalagem: balde de 18kg; validade mínima de 12 meses. Em conformidade com a norma ABNT NBR 13321/2008. Marca: Não registrada.	Unidade	25	Não registrado
20	Massa asfáltica usinada a quente para aplicação a frio, com composição mineral, ensacada e pronta para uso em reparo de asfaltos danificados. Tempo de secagem: ≈ 120 h; rendimento aproximado: ≈ 75 kg/m ² para uma espessura de 3 cm. saco de 15kg; validade mínima de 10 meses. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
21	Rejunte cimentício flexível tipo I (AR I) para rejuntamento de peças cerâmicas em ambientes externos e internos. Embalagem de saco plástico de 1kg; validade mínima de 9 meses. Em conformidade com as exigências de resistência, retração e absorção de água estipuladas pela norma ABNT NBR 14992/2003. Marca: Não registrada.	Pacote	50	Não registrado
22	Rejunte cimentício flexível tipo II (AR II) para rejuntamento de peças cerâmicas em ambientes externos e internos. Embalagem de saco plástico de 1kg; validade mínima de 9 meses. Em conformidade com as exigências de resistência, retração e absorção de água estipuladas pela norma ABNT NBR 14992/2003. Marca: Não registrada.	Pacote	50	Não registrado

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 6 de novembro de 2019.



EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 35/PGJ/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/PGJ/2019-SRP - PUBLICADA NO DOMP-MS Nº 2.088 DE 8 DE NOVEMBRO DE 2019 (PÁGINAS 28 A 30), NO DOMP-MS Nº 2.141 DE 7 DE FEVEREIRO DE 2020 (PÁGINAS 22 A 24) E NO DOMP-MS Nº 2.199 DE 8 DE MAIO DE 2020 (PÁGINAS 25 A 26) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.

Processo: PGJ/10/2595/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **LEMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI**, representada por **Wender Divino de Oliveira Santo**.

Procedimento licitatório: Pregão Eletrônico nº 15/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente pela Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais químicos para construção civil (adesivo selante, aditivo líquido, cal hidratada, cimento, manta asfáltica, etc.), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme especificações constantes a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Adesivo estrutural à base de resina epóxi e poliamidas, bicomponente, de pega normal com consistência fluida e média viscosidade. Tonalidade cinza claro; impermeável; densidade: \approx 1,70 kg/l; tempo de cura inicial de 24 horas e final de 7 dias. Resistência à compressão aos 7 dias: \geq 90 MPa; resistência de aderência em concreto aos 14 dias: \geq 18,4 MPa; resistência de aderência em concreto aos 7 dias: \geq 3,80 MPa; resistência de aderência em aço aos 7 dias: \geq 3,30 MPa. Temperatura de serviço entre +10°C e +60°C; consumo aproximado de 1,70 kg/m ² por mm de espessura; pot life (1 kg): 35 minutos. Lata de 1 kg (A+B); validade mínima de 12 meses. Marca: Rhodopas Adesivo Epoxi.	Lata	25	42,94
3	Adesivo selante tixotrópico, monocomponente, alto módulo, antifungo, à base de borracha de silicone de cura neutra. Capacidade de movimentação entre 50% e 100%; densidade: \approx 0,98 g/ml; dureza Shore A: \approx 40; alongamento de ruptura: $>$ 600%; tempo de formação de película: \leq 20 minutos; temperatura de trabalho: -40°C até +150°C; temperatura ideal de aplicação entre +5°C e +45°C; resistência a tração: \geq 1,5 N/mm ² . Cartucho de 300 ml, inclusive bico aplicador; validade mínima de 6 meses. Marcas de referência: Sikasil SG-500 CN, Tek Bond ou Parasil. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
4	Adesivo selante tixotrópico, monocomponente, baixo módulo, antifungo, à base de borracha de silicone, de cura acética a partir do contato com a umidade do ar. Resistente aos raios UV, capacidade de movimentação de \pm 25 %; densidade a 25°C entre 0,93 e 1,05 (g/mL); dureza Shore A: \approx 25; alongamento de ruptura: \geq 800 %; tempo de formação de película: \leq 15 minutos; temperatura de trabalho: -50°C até +150°C; temperatura ideal de aplicação entre +5°C e +35°C. Cartucho de 300 ml, inclusive bico aplicador; validade mínima de 9 meses. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
5	Adesivo selante tixotrópico, monocomponente, médio módulo, antifungo, à base de borracha de silicone, de cura acética a partir do contato com a umidade do ar. Resistente a variações climáticas como chuvas e raios UV, capacidade de movimentação de \pm 50%; densidade a 25°C entre 1,02 e 1,04 (g/ml); dureza Shore A: \approx 22; alongamento de ruptura: \geq 300%; tempo de formação de película: \leq 20 minutos; temperatura de trabalho: -50°C até +150°C; temperatura ideal de aplicação entre +5°C e +45°C. Cartucho de 300 ml, inclusive bico aplicador; validade mínima de 10 meses. Marcas de referência Tytan, Tek Bond, Cascola. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
6	Adesivo vedante e selante à base de polímeros sintéticos. Consistência ultra viscosa; incolor; alta adesão aos substratos;	Unidade	200	Não registrado



	possibilidade de pintura; resistente à água; sem odor e não inflamável. Densidade a 25°C: 1,04 g/mL a 1,05 g/mL; tempo de formação de película entre 2 e 15 minutos; tempo de cura total: 24 horas; tempo de cura para pintura: 72 horas; temperatura ideal de aplicação: +5°C a +45°C; temperatura de trabalho: -25°C a +80°C; alongamento à ruptura: > 700 %. Cartucho com 300 ml, inclusive bico aplicador. Validade mínima de 9 meses. Marca: Não registrada.			
11	Cal hidratada - CH II, composta por hidróxidos de cálcio e magnésio. Aparência sólida em forma de pó inodoro. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 5 meses. Em conformidade com as exigências físicas e químicas da norma ABNT NBR 7175. Marca: Não registrada.	Saco	50	Não registrado
12	Cal hidratada comum - CH-III, composta por hidróxidos de cálcio e magnésio. Aparência sólida em forma de pó inodoro. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 5 meses. Em conformidade com as exigências físicas e químicas da norma ABNT NBR 7175. Marca: Não registrada.	Saco	50	Não registrado
13	Cal hidratada especial com alto grau de pureza - CH-I, composta de hidróxidos de cálcio e magnésio. Aparência sólida em forma de pó inodoro. Embalagem: saco de 20 kg; validade mínima de 5 meses. Em conformidade com as exigências físicas e químicas da norma ABNT NBR 7175. Marca: Não registrada.	Saco	50	Não registrado
14	Cimento Portland composto com adição de escória granulada de alto-forno (CP II-E). Resistência à compressão aos 28 dias de 32 MPa. Embalagem: saco de 50 kg; validade mínima de 60 dias. De acordo com exigências da ABNT NBR 11578/1991 e ABNT NBR 5735. Marca: Não registrada.	Saco	500	Não registrado
15	Gesso em pó de secagem rápida para revestimento e pequenos reparos em áreas internas. Coloração branca; espalhamento: ≈ 10 cm; tempo de pega para revestimento: ≈ 30 min; resistência à flexão: ≥ 35 kg/cm ² . Embalagem com conteúdo de 1 kg; validade mínima de 3 meses. Em conformidade com as determinações da norma ABNT NBR 12127. Marca: Não registrada.	Unidade	50	Não registrado
16	Graute cimentício industrializado pronto para uso (após adição de água), composto por cimento Portland, agregados minerais, aditivos especiais e fluidificantes. Densidade da mistura sem brita: ≈ 2,24 kg/l; temperatura ambiente para aplicação: entre +10°C e +35°C; tempo para aplicação após a mistura (25°C): 30 minutos; resistência à compressão em 1 dia: ≥ 20 MPa; resistência à compressão aos 28 dias: ≥ 50 MPa. Embalagem: saco de 25 kg; validade mínima de 6 meses. Em conformidade com os requisitos da norma ABNT NBR 13279. Marca: Não registrada.	Saco	50	Não registrado
19	Manta líquida impermeabilizante de aplicação a frio composta de resinas acrílicas. Densidade: ≈ 1,45 kg/l; espessura: ≈ 0,8 mm para 1,0 kg/m ² a 1,2 kg/m ² ; secagem ao toque: ≈ 2 horas; temperatura de aplicação entre +10°C até +40°C; rendimento: ≈ 15 m ² a cada 15kg de impermeabilizante. Embalagem: balde de 18kg; validade mínima de 12 meses. Em conformidade com a norma ABNT NBR 13321/2008. Marca: Não registrada.	Unidade	25	Não registrado
20	Massa asfáltica usinada a quente para aplicação a frio, com composição mineral, ensacada e pronta para uso em reparo de asfaltos danificados. Tempo de secagem: ≈ 120 h; rendimento aproximado: ≈ 75 kg/m ² para uma espessura de 3 cm. saco de 15kg; validade mínima de 10 meses. Marca: Não registrada.	Unidade	200	Não registrado
21	Rejunte cimentício flexível tipo I (AR I) para rejuntamento de peças cerâmicas em ambientes externos e internos. Embalagem de saco plástico de 1kg; validade mínima de 9 meses. Em conformidade com as exigências de resistência, retração e absorção de água estipuladas pela norma ABNT NBR 14992/2003. Marca: Não registrada.	Pacote	50	Não registrado
22	Rejunte cimentício flexível tipo II (AR II) para rejuntamento de peças cerâmicas em ambientes externos e internos. Embalagem de saco plástico de 1kg; validade mínima de 9 meses. Em conformidade com as exigências de resistência, retração e absorção de água estipuladas pela norma ABNT NBR 14992/2003. Marca:	Pacote	50	Não registrado



	Não registrada.			
23	Selante elástico, monocomponente, de baixo módulo, à base de poliuretano, de cura com a umidade do ar. Capacidade de movimentação de $\pm 50\%$; densidade 1,35; dureza Shore A: ≈ 19 ; alongamento de ruptura: $\approx 850\%$; recuperação elástica: $\approx 80\%$; resistência à intempéries: 10; temperatura de serviço: -40°C até $+70^{\circ}\text{C}$. Cartucho de 300 ml, inclusive bico injetor. Marca: Proderflex PU.	Unidade	500	32,00
24	Espuma com propriedades expansivas de uso geral, à base de poliuretano monocomponente, em aerossol e cura a partir do contato com a umidade atmosférica. Propriedades de baixo odor, coloração amarelada e consistência estável. Tempo total de cura de 24 horas; cura inicial: ≈ 30 min; secagem ao toque: 7 a 15 minutos; tempo de corte: 2 horas; dureza Shore O (24h): > 40 ; temperatura de aplicação: 5°C a 45°C ; temperatura de serviço de -60°C a 100°C ; resistência à tração: $\approx 105,45$ (kgf/cm ²); não tóxica e sem gás CFC. Cartucho de 300 ml, inclusive bico injetor; rendimento mínimo de 12 litros; validade mínima de 12 meses. Marca: Tekbond 320g.	Unidade	50	22,90

Validade da ata: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 6 de novembro de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL Nº 0002/2020/76PJ/CGR

A 76ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, n. 180, Chácara Cachoeira, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000977-6

Requerente: 76ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar regularizar as irregularidades sanitárias apontadas no Relatório Situacional dos Serviços Municipais de Saúde nº 64/2020 na UBSF ALVES PEREIRA.

Campo Grande/MS, 07 de agosto de 2020.

LUCIANA DO AMARAL RABELO

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0003/2020/76PJ/CGR**

A 76ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo discriminado, à disposição de quem possa interessar na São Vicente de Paula, 180, Chácara Cacheira, Campo Grande/MS.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000959-8

Requerente: 76ª Promotoria de Justiça da Saúde Pública

Requerido: Secretaria Municipal de Saúde Pública de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar a falta/insuficiência dos equipamentos: autoclaves, transdutor convexo e linear, esteira ergométrica, bem como, dos aparelhos de endoscopia e eletroencefalograma no Centro de Especialidades Médicas de Campo Grande CEM.

Campo Grande/MS, 07 de agosto de 2020.

LUCIANA DO AMARAL RABELO

Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0002/2020/50PJ/CGR

A 50ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo descrito, que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000976-5

Requerente: Disque Direitos Humanos.

Requeridos: AGEPEN/MS e PEMRFG.

Assunto: "Apurar a prática de maus tratos, de fornecimento irregular de alimentação e de ausência de profissional de assistência social no PEMRFG".

Campo Grande/MS, 06 de agosto de 2020.

JISKIA SANDRI TRENTIN

50ª Promotora de Justiça

EDITAL Nº 0003/2020/50PJ/CGR

A 50ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo descrito, que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: www.mpms.mp.br.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000985-4.

Requerente: 22ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande.

Requerido: AGEPEN/MS.

Assunto: "Apurar a falta de Regime Disciplinar Diferenciado – RDD – em unidade penal de regime fechado de Campo Grande".

Campo Grande/MS, 07 de agosto de 2020.

JISKIA SANDRI TRENTIN

50ª Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 0021/2020/34PJ/CGR**

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000778-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Objeto(s): Apurar a existência de danos ambientais resultantes da descaracterização de Área de Preservação Permanente, bem como supressão arbórea feita sem a devida autorização ambiental, fatos esses ocorridos no lote B1B, localizado na rua Cayová, Chácara Vendas, Campo Grande-MS.

Campo Grande, 06 de agosto de 2020

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0022/2020/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2020.00000721-2

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Objeto(s): Apurar possível descumprimento de condicionantes da licença ambiental expedida em favor da empresa Ambiental Solutions Ltda., assim como eventuais danos ambientais ocasionados em razão de tal infringência.

Campo Grande, 06 de agosto de 2020

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

**PORTARIA****PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N.º 09.2020.00002617-5**

O Ministério Público Eleitoral, por intermédio do Promotor Eleitoral abaixo assinado, no uso das atribuições legais, e com fundamento nas disposições contidas na Portaria PGE n.º 01, de 09 de setembro de 2019, que regulamenta o Procedimento Administrativo - PA, e;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica e do regime democrático (art. 127, *caput*, da CF);

CONSIDERANDO as atribuições do Ministério Público Eleitoral para atuar em todas as fases e instâncias do processo eleitoral, conforme determinam os arts. 72 e seguintes, da LC n.º 75/93;

CONSIDERANDO que, segundo o artigo 105-A da Lei das Eleições (Lei n.º 9.504/1997), os procedimentos previstos e regulados na Lei 7.347/1985 não são aplicáveis em matéria eleitoral, o que afasta a possibilidade de se instaurar Inquérito Civil nestes casos, inclusive, segundo jurisprudência ainda majoritária o TSE;

CONSIDERANDO que o Procedimento Administrativo, previsto e disciplinado na Portaria PGE n.º 01/2019, é o instrumento adequado para viabilizar a consecução de atividade-fim, conforme art. 78, da referida Portaria;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, notadamente acompanhar a legalidade do processo de escolha e registro de candidaturas por Partidos e Coligações nas Eleições 2020;

RESOLVE instaurar o presente PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO com o objetivo de acompanhar a legalidade do processo de escolha e registro de candidaturas por Partidos e Coligações nas Eleições 2020.

Para tanto, DETERMINO as seguintes providências:

1. Registre-se o presente procedimento em sistema próprio (SAJ/MP);
2. Comunique-se, via meio eletrônico, o Centro de Apoio Operacional das Promotorias Eleitorais da instauração do presente procedimento, encaminhando cópia desta peça inaugural;
3. Junte-se a Recomendação que segue anexo, promovendo-se as devidas notificações.
4. Dê-se publicidade a presente instauração encaminhando-se cópia desta Portaria para publicação no Diário Oficial Eletrônico.

Cumpra-se.

Campo Grande, 03 de agosto de 2020.

REGINA DÖRNTE BROCH
Promotora de Justiça Eleitoral



COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CAMAPUÃ

EDITAL N. 12/2020/2ªPJC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2020.00000894-4, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2020.00000894-4.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Olivier Christopher Nicolas Louis Van Haren.

Assunto: “Apurar eventual supressão vegetal de 10,71 hectares, ocorrido na Fazenda Nova Holanda, de propriedade de Olivier Christopher Nicolas Louis Van Haren, conforme apuração da Operação Cervo-do-Pantanal (2013-2015), Parecer n.º 270/17/Nugeo.”

Camapuã - MS, 07 de agosto de 2020.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 13/2020/2ªPJC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2020.00000895-5, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2020.00000895-5.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Paulo Roberto Arnal Bonini.

Assunto: “Apurar eventual dano ambiental decorrente da exploração de madeira nativa em área de reserva legal, sem autorização legal, no imóvel denominado Fazenda Vale do Formoso, de propriedade de Paulo Roberto Arnal Bonini, localizado no município de Figueirão.”

Camapuã - MS, 07 de agosto de 2020.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 14/2020/2ªPJC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2020.00000896-6, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2020.00000896-6.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Adeodato Theodonio da Silva Filho.

Assunto: “Apurar eventual ocorrência de desmatamento de 2 (duas) áreas que somam 23,85 hectares de vegetação nativa, sem a devida Autorização Ambiental para Supressão Vegetal, na Fazenda Meia Lua, localizada em Camapuã, de propriedade de Adeodato Theodonio da Silva Filho, conforme dados do Programa DNA Ambiental (2016-2017), Parecer n.º 569/19/Nugeo.”

Camapuã - MS, 07 de agosto de 2020.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

**EDITAL N. 15/2020/2ªPJC**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2020.00000897-7, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2020.00000897-7.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Almir de Oliveira Ávila.

Assunto: “Apurar eventual ocorrência de desmatamento de 25,47 hectares de vegetação nativa, no período de 13/11/2015 a 12/12/2017, sem a devida Autorização Ambiental para a Supressão Vegetal, na Fazenda Rancho Ávila II, de propriedade de Almir de Oliveira Ávila, conforme dados do Programa DNA Ambiental (2016-2017), Parecer n.º 384/19/Nugeo.”

Camapuã - MS, 07 de agosto de 2020.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 16/2020/2ªPJC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã /MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2020.00000904-3, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2020.00000904-3.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aparecido Fernandes.

Assunto: “Apurar eventual ocorrência de desmatamento de 46,46 hectares de vegetação nativa, no período de 15/06/2016 a 12/09/2016, fora da área licenciada pela Autorização Ambiental n.º 404/2016, na Fazenda Água Rica, localizada em Camapuã, de propriedade de Aparecido Fernandes, conforme levantamento do Programa DNA Ambiental (2016-2017), Parecer n.º 304/19/Nugeo.”

Camapuã - MS, 07 de agosto de 2020.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

PARANAÍBA

EDITAL N.º 0031/2020/01PJ/PBA

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de PP - Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

PP - Procedimento Preparatório n.º 06.2020.00000938-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Tania Mara Cury

Assunto: Apurar eventual dano ambiental ou à saúde pública em decorrência da situação de abandono verificada na residência localizada na Avenida Ernesto Garcia Leal, n. 140, Centro, nesta cidade.

Paranaíba/MS, 31 de julho de 2020.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

**EDITAL N° 0032/2020/01PJ/PBA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Paranaíba/MS, torna pública a instauração de PP - Procedimento Preparatório que está à disposição de quem possa interessar na Rua José Robalinho da Silva, 215 – Jardim Santa Mônica, Paranaíba-MS.

PP - Procedimento Preparatório nº 06.2020.00000935-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sinaldo José de Freitas

Assunto: Apurar o funcionamento de possível "açougue clandestino", o qual estaria em atividade na residência de Sinaldo José de Freitas, localizada na Rua Joaquim Murtinho, nº 1751, no município de Paranaíba/MS.

Paranaíba/MS, 31 de julho de 2020.

JULIANA NONATO

Promotora de Justiça

.....

PONTA PORÃ**EDITAL N° 0004/2020/19ZE/PPR**

A 19ª Zona Eleitoral torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002560-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet;

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002560-0 19ª ZE

Requerente(s): Ministério Público Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Comitês Provisórios Municipais de Partidos Políticos

Assunto: acompanhar a legalidade do processo de escolha e registro de candidaturas por Partidos e Coligações nas Eleições 2020 dos Municípios de Coronel Sapucaia e Aral Moreira

Ponta Porã/MS, 06 de agosto de 2020

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor Eleitoral

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2020.00002560-0

Requerente: Ministério Público Eleitoral – 19ª Zona Eleitoral

RECOMENDAÇÃO n. 0004/2020/19ZE/PPR

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL EM MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria Eleitoral que oficia perante a 19ª Zona Eleitoral, em Ponta Porã/MS, no uso das atribuições constitucionais e legais conferidas pelos artigos 127, *caput*, e 129, II e IX, da Constituição Federal, e pelos artigos 6º, XX e 72, da Lei Complementar n.º 75/93, RESOLVE expedir a presente RECOMENDAÇÃO aos diretórios municipais dos partidos políticos dos municípios de Coronel Sapucaia e Aral Moreira, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais, nos termos do artigo 127, *caput*, da Constituição Federal;



CONSIDERANDO a proximidade das convenções partidárias (31 de agosto a 16 de setembro – EC 107/2020), bem como a necessidade de os Partidos respeitarem toda a legislação eleitoral, especialmente a Lei 9.504/97 e as disposições da Resolução TSE n. 23.609/2019, que disciplina os procedimentos de escolha e registro dos candidatos nas eleições 2020;

CONSIDERANDO que o órgão partidário municipal deve estar devidamente constituído e registrado no respectivo Tribunal Regional Eleitoral até a data da convenção (art. 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019);

CONSIDERANDO que nas Eleições 2020 estão vedadas as coligações proporcionais, ou seja, para vereador, bem como cada partido só pode registrar candidatos até 150% das vagas a preencher (art. 17, § 1º, CF; art. 10, da Lei 9.504/97 e Consulta TSE n. 600805-31/DF);

CONSIDERANDO o disposto no artigo 10, § 3º, da Lei nº 9.504/97, e no artigo 17, § 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019, que determinam que cada partido deve preencher, nas eleições proporcionais, o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero;

CONSIDERANDO que no cálculo do percentual mínimo (30%), de observância obrigatória, o arredondamento de qualquer fração deve ser sempre para cima, nos termos do art. 17, § 3º, da Resolução TSE n. 23.609/2019 (assim, por exemplo, se o Partido lançar um total de 14 candidatos, terá que ter no mínimo 5 mulheres, pois 30% de 14 é igual a 4,2, que deve ser arredondado para 5, e o máximo de 9 homens);

CONSIDERANDO que o cálculo dos percentuais de candidatos para cada gênero terá como base o número de candidaturas efetivamente requeridas pelo partido e deverá ser observada também nos casos de vagas remanescentes ou de substituição, sob pena de indeferimento do pedido de registro do partido – DRAP, e, por consequência, o indeferimento de todos os candidatos a vereador daquele partido (art. 17, §§ 4º e 6º e art. 48, da Resolução TSE n. 23.609/2019);

CONSIDERANDO que a inclusão de candidaturas fictícias ou candidaturas-laranja, apenas para preencher o percentual mínimo de 30% exigido em lei, pode caracterizar abuso do poder político ou fraude eleitoral, que acarreta o indeferimento ou a cassação de todos os candidatos do partido, mesmo que já eleitos, seja através da Ação de Investigação Judicial Eleitoral - AIJE (art. 22, da LC 64/90, quando detectado antes da diplomação), seja através da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo - AIME (art. 14, § 10, da CF, quando o fato for detectado após a diplomação), conforme vários precedentes do TSE nesse sentido, como, por exemplo, no Recurso Especial Eleitoral nº 19392, de 04/10/2019; na Ação Cautelar nº 060048952, de 12/03/2020 e no Recurso Especial Eleitoral nº 319, de 12/03/2020;

CONSIDERANDO que a apresentação de candidaturas de servidores públicos, civis ou militares, apenas com o objetivo de usufruir de licença remunerada nos 3 meses anteriores à eleição, sem que haja o verdadeiro propósito de disputar o pleito e efetiva campanha, com gastos de campanha inexistentes ou irrisórios e votação ínfima, pode caracterizar crime de falsidade ideológica (art. 350, do Código Eleitoral) e ato improbidade administrativa, acarretando para o agente a obrigação de devolver ao erário o que recebido durante a licença, além das demais sanções previstas na Lei n. 8.429/92 (multa, suspensão dos direitos políticos, perda do cargo, etc.);

CONSIDERANDO que os candidatos devem preencher todas as condições de elegibilidade (arts. 9º e 10 da Resolução TSE nº 23.609/2019) e não incidir em nenhuma das causas de inelegibilidade (arts. 11, 12 e 13 da Resolução TSE nº 23.609/2019);

CONSIDERANDO que as causas de inelegibilidades previstas na Lei Complementar n. 64/1990, alterada pela Lei Complementar n. 135/2010 (Lei da Ficha Limpa), serão aplicadas integralmente nas eleições de 2020, pois foram declaradas constitucionais pelo Supremo Tribunal Federal (julgamento conjunto das Ações Declaratórias de Constitucionalidade 29 e 30 e da Ação Direta de Inconstitucionalidade n.4578 em 16/02/2012), inclusive sobre fatos pretéritos e pelo prazo de 8 (oito anos) anos do fato gerador da inelegibilidade previsto em lei, o que impõe aos Partidos Políticos critérios rigorosos na escolha e indicação de seus candidatos para que, além de preencherem as condições de elegibilidade, não incidam em nenhuma das causas de inelegibilidade;

CONSIDERANDO que a ata das convenções partidárias deve obedecer aos requisitos e procedimentos formais previstos no art. 6º, § 3º ao 9º e no art. 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;



CONSIDERANDO que a ausência de comprovante de escolaridade exigido para o registro de candidatura poderá ser suprida pela apresentação da Carteira Nacional de Habilitação (Súmula TSE n. 55) ou por declaração de próprio punho do candidato, nos termos do art. 27, § 5º e § 6º, da Resolução TSE nº 23.609/2019, a qual deve ser manuscrita pelo interessado, em ambiente individual e reservado, na presença de servidor de qualquer Cartório Eleitoral do território da circunscrição em que o candidato disputa o cargo, sob pena de indeferimento do registro de candidatura;

CONSIDERANDO que eventuais certidões criminais positivas de candidato devem ser acompanhadas de certidões de objeto e pé atualizadas de cada um dos processos indicados, bem como das certidões de execuções criminais, quando for o caso, nos termos do art. 27, § 7º, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

CONSIDERANDO que o RRC já deve ser apresentado com a prova da desincompatibilização, se for o caso, para os candidatos que a lei exige o afastamento prévio, conforme exige o art. 27, V, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

CONSIDERANDO o prazo exíguo entre o final das convenções (dia 16 de setembro) e o registro de candidaturas (dia 26 de setembro), bem como que o pedido de registro perante a Justiça Eleitoral deverá ser apresentado somente em meio digital gerado pelo Sistema CANDex, com transmissão pela internet, até o dia anterior ou com entrega em mídia à Justiça Eleitoral, até as 19h do dia 26/09, instruídos eletronicamente com vários documentos exigidos pela legislação (ver arts. 18 a 30 da Resolução TSE n. 23.609/2019);

CONSIDERANDO que os formulários de DRAP e RRC gerados pelo sistema CANDex e enviados eletronicamente à Justiça Eleitoral, juntamente com os documentos que os instruem, devem ser impressos e assinados pelos responsáveis. Ademais, os formulários e documentos devem ficar sob a guarda dos respectivos partidos políticos ou coligações até o término do prazo decadencial para propositura das ações eleitorais. Permanecendo a obrigação em caso de ajuizamento de ação que verse sobre a validade do DRAP, a veracidade das candidaturas ou outros fatos havidos na convenção partidária, até o respectivo trânsito em julgado. Podendo, inclusive, serem requisitados à exibição pela Justiça Eleitoral para conferência da veracidade das informações lançadas (art. 19, § 2º c/c art. 20, caput e §§ 1º ao 4º, da Resolução TSE n. 23.610/2019);

CONSIDERANDO que, mesmo escolhidos em convenção partidária, a propaganda eleitoral dos candidatos só é permitida após 26 de setembro de 2020, nos termos do art. 1º, § 1º, IV, da EC 107/2020, e forma da Resolução TSE n. 23.610/2019, bem como a arrecadação e gastos de campanha só são permitidos após o cumprimento dos pré-requisitos dos arts. 3º, 8º, 9º e 36 da Resolução TSE n. 23.607/2019, sob pena de multas eleitorais, cassação do registro ou do diploma, se eleito;

CONSIDERANDO que, em razão da atual pandemia de COVID-19, o TSE considerou lícita a realização de convenções partidárias por meio virtual, bem como regulamentou a situação na Resolução TSE n. 23.623/2020, o que restou positivado na EC 107/2020, art. 1º, § 3º, III;

CONSIDERANDO que o Ministério Público Eleitoral, na defesa do regime democrático e da legitimidade do pleito eleitoral, pode e deve atuar preventivamente, contribuindo para evitar atos viciosos nas eleições e o tumulto do processo eleitoral, especialmente no processo de escolha e registro de candidaturas por Partidos e Coligações;

RESOLVE RECOMENDAR AOS DIRETÓRIOS MUNICIPAIS DOS PARTIDOS POLÍTICOS NOS MUNICÍPIOS DE CORONEL SAPUCAIA E ARAL MOREIRA que, sem prejuízo de observar toda a legislação eleitoral:

1 – Verifiquem, antes da convenção, se o órgão de direção partidária municipal está devidamente constituído e regularizado no respectivo Tribunal Regional Eleitoral, conforme exige o art. 2º, da Resolução TSE n. 23.609/2019. Em regra, a consulta está disponível no site do respectivo Tribunal Regional Eleitoral, na aba “Partidos”; ou em contato com mesmo Tribunal;

2 – Diante da vedação das coligações proporcionais, escolham em convenção candidatos até o máximo de 150% das vagas a preencher, nos termos do art. 17, § 1º, CF; do art. 10, da Lei 9.504/97 e da Consulta TSE n. 600805-31/DF;

3 - Observem o preenchimento de no mínimo 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada gênero, mantendo estas porcentagens durante todo o processo eleitoral, mesmo no caso de preenchimento de vagas remanescentes



ou de substituições, sob pena de indeferimento ou cassação de todos os candidatos do respectivo partido, conforme artigo 17, §§ 2º ao 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;

4 - Formem suas listas de candidatos a Vereador com no mínimo 30% do gênero minoritário, calculando esse percentual sobre o número total de candidatos efetivamente levados a registro e arredondando qualquer fração sempre para cima, conforme artigo 17, §§ 2º ao 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019;

5 - Não admitam a escolha e registro, na lista de candidatos a Vereador, de candidaturas fictícias ou candidaturas-laranja, ou seja, de pessoas que não disputarão efetivamente a eleição, não farão campanha e não buscarão os votos dos eleitores, especialmente para o preenchimento do mínimo de 30% da cota de gênero, sob pena de indeferimento ou cassação de todos os candidatos do respectivo partido, que pode ser objeto de ação judicial antes ou depois da diplomação (AIJE ou AIME), bem como possível caracterização de crime eleitoral;

6 – Não admitam a escolha e registro, na lista de candidatos a Vereador, de candidaturas de servidores públicos, civis ou militares, apenas com o objetivo de usufruir de licença remunerada nos 3 meses anteriores à eleição, sem que haja o verdadeiro propósito de disputar o pleito e efetiva campanha, com gastos de campanha inexistentes ou irrisórios e votação ínfima, sob pena de caracterização crime de crime eleitoral e ato improbidade administrativa;

7 – Só escolham em convenção candidatos que preenchem todas as condições de elegibilidade (arts. 9º e 10 da Resolução TSE nº 23.609/2019) e não incidam em nenhuma das causas de inelegibilidade (arts. 11, 12 e 13 da Resolução TSE nº 23.609/2019), notadamente aquelas previstas no art. 14, § 4º ao 8º, da Constituição Federal, e todas as hipóteses previstas na Lei Complementar n. 64/1990, Lei das Inelegibilidades, alterada pela Lei Complementar n. 135/2010, conhecida como Lei da Ficha Limpa. Para tanto, os Partidos devem fazer uma análise minuciosa da situação jurídica e da vida pregressa dos seus pré-candidatos, para evitar candidatos “ficha suja”, os quais podem ter o registro de candidatura indeferido, pois além da cassação do registro ou diploma, os votos serão retirados do quociente eleitoral no sistema proporcional, prejudicando, assim, o próprio Partido;

8 – Observem os requisitos e procedimentos legais referentes à ata das convenções partidárias, especialmente os previstos no art. 6º, § 3º ao 9º e no art. 7º, da Resolução TSE n. 23.609/2019, inclusive a necessidade de transmissão ou entrega em mídia do arquivo da ata gerado pelo CANDex à Justiça Eleitoral no dia seguinte da convenção;

9 – Acompanhem e fiscalizem para que, na ausência de comprovante de escolaridade exigido para o registro de candidatura, o respectivo candidato supra a falta pela apresentação da Carteira Nacional de Habilitação (Súmula TSE n. 55) ou por uma declaração de próprio punho, nos termos do art. 27, § 5º e § 6º, da Resolução TSE nº 23.609/2019, a qual deve ser manuscrita pelo interessado, em ambiente individual e reservado, na presença de servidor de qualquer Cartório Eleitoral do território da circunscrição em que o candidato disputa o cargo, salvo nova previsão do TSE em razão da pandemia de Covid-19;

10 – Caso alguma certidão criminal de candidato for positiva, já juntar ao respectivo RRC a certidões de objeto e pé atualizadas de cada um dos processos indicados, bem como das certidões de execuções criminais, quando for o caso, nos termos do art. 27, § 7º, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

11 – Caso algum candidato, por exigência legal, tenha que se desincompatibilizar, já juntar ao respectivo RRC a prova da desincompatibilização, com fulcro art. 27, V, da Resolução TSE nº 23.609/2019;

12 – Diante do exíguo prazo entre o fim das convenções e o registro de candidatura, providenciem com antecedência toda a documentação necessária para preencher e instruir o DRAP e o RRC (arts. 18 a 30 da Resolução TSE n. 23.609/2019). Quanto ao DRAP do partido, merece destaque os arts. 22 e 23, da Resolução TSE n. 23.609/2019, e quanto ao RRC dos candidatos, os arts. 24 a 27, da mesma Resolução, que contem um rol de informações e documentos que serão necessários;

13 – Mantenham sob a guarda do Partido ou Coligação os formulários de DRAP e RCC gerados pelo sistema CANDex e enviados eletronicamente à Justiça Eleitoral, juntamente com os documentos que os instruem, os quais devem ser impressos e assinados pelos responsáveis e guardados até o término do prazo decadencial para propositura das ações eleitorais. Permanecendo a obrigação em caso de ajuizamento de ação que verse sobre a validade do DRAP, a veracidade das candidaturas ou outros fatos havidos na convenção partidária, até o respectivo trânsito em julgado. Inclusive, para



serem exibidos caso sejam requisitados pela Justiça Eleitoral para conferência da veracidade das informações lançadas (art. 19, § 2º c/c art. 20, caput e §§ 1º ao 4º, da Resolução TSE n. 23.610/2019);

14 – Orientem e fiscalizem para que os candidatos, mesmo após escolhidos em convenção partidária, só realizem propaganda eleitoral a partir de 27 de setembro de 2020 (EC 107/2020), nos termos e forma da Resolução TSE n. 23.610/2019, bem como só façam arrecadação e gastos de campanha após o cumprimento dos pré-requisitos dos arts. 3º, 8º, 9º e 36 da Resolução TSE n. 23.607/2019, sob pena de multas eleitorais, cassação do registro ou do diploma, se eleito;

15 – Em razão da atual pandemia de COVID-19, para evitar aglomerações, realizem convenções virtuais, bem como observem as diretrizes para sua realização fixadas pelo Grupo de Trabalho do TSE (Resolução TSE n. 23.623/2020);

16 – Evitem deixar para os últimos dias o protocolo dos DRAPs e dos RRCs, evitando assim riscos e facilitando o julgamento dos pedidos de registro pela Justiça Eleitoral.

Além disso, o Ministério Público Eleitoral REQUISITA que os Diretórios Municipais dos Partidos informem a esta Promotoria, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis depois da respectiva convenção partidária: a) o nome completo das candidatas que compõem o percentual mínimo de 30% da cota de gênero; b) o nome completo de eventuais servidores públicos, civis ou militares, que serão candidatos pelo partido. A resposta deve ser enviada no seguinte e-mail lpjpontapora@mpms.mp.br ou entregue no endereço indicado no rodapé da presente.

Por fim, para ciência e divulgação, dado o interesse público das informações aqui veiculadas, determino o envio de cópia desta Recomendação, inclusive por meio e-mail, se necessário: a) aos diretórios municipais dos partidos políticos dos municípios de Coronel Sapucaia e Aral Moreira; b) ao Juiz Eleitoral desta Zona Eleitoral; c) ao Presidente da OAB local; d) à Câmara de Vereadores dos respectivos municípios, e e) à Prefeitura Municipal dos respectivos municípios.

Ponta Porã/MS, 29 de julho de 2020.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor Eleitoral

EDITAL Nº 0005/2020/19ZE/PPR

A 19ª Zona Eleitoral torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002589-8, 19ª ZE, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet.

Procedimento Administrativo nº 09.2020.00002589-8 19ª ZE

Requerente(s): Ministério Público Eleitoral do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): Município de Coronel Sapucaia, Município de Aral Moreira

Assunto: acompanhar a (i)legalidade das condutas vedadas aos agentes públicos em campanha e outras vedações de propaganda ou publicidade nas Eleições 2020 dos municípios de Coronel Sapucaia e Aral Moreira

Ponta Porã/MS, 06 de agosto de 2020

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor Eleitoral

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N. 09.2020.00002589-8**

Requerente: Ministério Público Eleitoral – 19ª Zona Eleitoral

RECOMENDAÇÃO n. 0005/2020/19ZE/PPR

O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL EM MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da Promotoria Eleitoral que oficia perante a 19ª Zona Eleitoral, em Ponta Porã/MS, no uso das atribuições constitucionais e legais conferidas pelos artigos 127, *caput*, e 129, II e IX, da Constituição Federal, e pelos artigos 6º, XX e 72, da Lei Complementar n.º 75/93, RESOLVE expedir a presente RECOMENDAÇÃO nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o art. 73, VI, alínea “b”, da Lei n. 9.504/97, proíbe a autorização e a veiculação – pelas esferas administrativas cujos cargos estejam em disputa – de publicidade institucional nos três meses que antecedem a eleição, ou seja, a partir de 15-agosto-2020, qualquer que seja o seu conteúdo, ressalvadas as situações de grave e urgente necessidade, mediante prévia autorização da Justiça Eleitoral ou a propaganda de produtos que tenham concorrência no mercado:

“b) com exceção da propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado, autorizar publicidade institucional dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral;”

CONSIDERANDO que a EC n. 107/2020, no art. 1º, § 3º, inciso VIII, autoriza também, desta vez sem necessidade de autorização prévia da Justiça Eleitoral, a publicação de conteúdos relacionados ao enfrentamento da pandemia da COVID-19, mesmo nos 3 meses anteriores à eleição, ao mesmo tempo que adverte o gestor público quanto à possibilidade de caracterização de conduta abusiva:

“VIII - no segundo semestre de 2020, poderá ser realizada a publicidade institucional de atos e campanhas dos órgãos públicos municipais e de suas respectivas entidades da administração indireta destinados ao enfrentamento à pandemia da Covid-19 e à orientação da população quanto a serviços públicos e a outros temas afetados pela pandemia, resguardada a possibilidade de apuração de eventual conduta abusiva nos termos do art. 22 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990”.

CONSIDERANDO que a publicação de atos oficiais como leis, decretos, portarias, dentre outros, por ser requisito de validade do ato, não caracteriza publicidade institucional, daí que não abrangida pela vedação (Ac.-TSE, de 7.11.2006, no REspe nº 25.748);

CONSIDERANDO que o mesmo art. 73, no inciso VII, c/c o art. 1º, § 3º, inciso VII, da EC n. 107/2020, fixa limite máximo de gastos que a administração pode fazer com publicidade institucional de 01 de janeiro de 2020 a 15 de agosto de 2020, que não poderá ultrapassar a média dos 2 (dois) primeiros quadrimestres (de janeiro a agosto) dos 3 (três) últimos anos, não se incluindo nos gastos de 2020 somente àqueles que forem previamente autorizados pela Justiça Eleitoral, em eventuais situações de grave e urgente necessidade pública:

“VII - em relação à conduta vedada prevista no inciso VII do caput do art. 73 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, os gastos liquidados com publicidade institucional realizada até 15 de agosto de 2020 não poderão exceder a média dos gastos dos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos 3 (três) últimos anos que antecedem ao pleito, salvo em caso de grave e urgente necessidade pública, assim reconhecida pela Justiça Eleitoral” (EC 107/2020);

CONSIDERANDO que o art. 74, também da Lei n. 9.504/97, descreve como abuso de poder político a veiculação de publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos que vá além da informação, educação e orientação social e contenha nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal (art. 37, § 1º, da CF), conduta que se apresenta grave e perturbadora da normalidade e legitimidade das eleições;

CONSIDERANDO que publicidade institucional é toda e qualquer divulgação de atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, produzida, confeccionada, mantida e/ou veiculada com recursos – financeiros ou humanos – públicos nos mais diversos meios de comunicação: rádio, TV, jornais, revistas, informativos, panfletos, placas, faixas, cartazes, sites, blogs, redes sociais, dentre outros;



CONSIDERANDO, repita-se, que sites, perfis, páginas, ou contas mantidos pela administração municipal na Internet, em redes sociais e em aplicativos de mensagens instantâneas, como meio de divulgação dos atos, programas, serviços e campanhas dos órgãos públicos, são veículos de publicidade institucional, que também devem observar os limites do art. 37, § 1º, da CF, e do art. 73, Incisos VI, “b” e VII, c/c o art. 1º, § 3º, VII e VIII, da EC n. 107/2020;

CONSIDERANDO que, em 2020, essas vedações aplicam-se aos poderes Executivo e Legislativo municipais e a todos os órgãos da administração, inclusive às entidades da administração indireta;

CONSIDERANDO que a publicidade institucional desvirtuada, que contemple a promoção pessoal, caracteriza também improbidade administrativa (art. 73, § 7º, da Lei n. 9.504/97), por ofensa, principalmente, ao princípio da impessoalidade;

CONSIDERANDO que a lei prevê cassação do registro ou diploma do candidato beneficiado pela publicidade institucional desvirtuada (art. 73, § 5º, e art. 74, ambos da Lei n. 9.504/97), além de inelegibilidade dos agentes das condutas vedadas ou abusivas (art. 1º, I, “d” e “j”, da LC n. 64/90), o que impõe transtornos ao processo eleitoral e frustrações ao eleitorado, pois da cassação advém a necessidade de novas eleições;

CONSIDERANDO que o Ministério Público, na defesa do regime democrático e da lisura do pleito, pode e deve atuar preventivamente, contribuindo para que se evitem os atos viciosos das eleições – como os aqui indicados – e se produzam resultados eleitorais legítimos;

CONSIDERANDO que a recomendação do Ministério Público é instrumento de orientação que visa antecipar-se ao cometimento do ilícito e evitar a imposição de sanções, muitas vezes graves e com repercussões importantes na candidatura,

RECOMENDA ao Sr. Prefeito Municipal, ao Sr. Presidente da Câmara, aos Srs. Secretários Municipais dos Municípios de Aral Moreira e Coronel Sapucaia e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista municipais alcançados pelas mencionadas disposições:

1) Que não permitam, a qualquer tempo (art. 74, da Lei das Eleições, c/c art. 37, § 1º, da CF), a veiculação de publicidade institucional que, pelo conteúdo da informação ou pela inserção de nomes, símbolos ou imagens, possa promover pessoas ao eleitorado;

2) Que, a partir de 15-agosto-2020 (art. 73, VI, “b”, da Lei das Eleições, c/c a EC n. 105/2020), não autorize e nem permita a veiculação de qualquer publicidade institucional, qualquer que seja o seu conteúdo, salvo (a) as que relacionadas ao enfrentamento à COVID-19; (b) nos demais casos de grave e urgente necessidade, neste caso pleiteando prévia autorização da Justiça Eleitoral; ou (c) propaganda de produtos e serviços que tenham concorrência no mercado. Ressalta-se que, os boletins e as campanhas de combate à Covid-19, que já vem sendo divulgados pelos municípios há vários meses, são naturalmente repercutidos por todos os meios de comunicação locais, sem necessidade de qualquer incremento nesta publicidade, sob pena, inclusive, de configurar conduta abusiva, nos termos do art. 22, da LC n. 64/90;

3) Que, até 14-agosto-2020, cuide da retirada da publicidade institucional veiculada por meio de placas, faixas, cartazes, outdoors, sites na Internet, perfis, páginas ou contas em redes sociais e aplicações de mensagens instantâneas, dentre outros, admitida a permanência (i) de “placas de obras públicas, desde que não contenham expressões que possam identificar autoridades, servidores ou administrações cujos dirigentes estejam em campanha eleitoral” (Ac. TSE de 14.4.2009, no RESPE n. 26.448) e que se limitem a identificar o bem ou serviço público, e (ii) de qualquer publicidade relacionada ao enfrentamento da COVID-19, desde que nos limites da informação, educação e orientação social, sem promoção pessoal;

4) Que, de 01 janeiro a 15 agosto de 2020, não permita o incremento da publicidade institucional, cuidando para que a administração não gaste neste período mais do que, em média, gastou com a publicidade nos 2 (dois) primeiros quadrimestres dos anos de 2017, 2018 e 2019, salvo o gasto previamente autorizado pela Justiça Eleitoral.

Lembra-se, por oportuno, que a inobservância das vedações do art. 73, da Lei n. 9.504/97, sujeita o infrator, servidor público ou não, além da cassação do registro ou do diploma, à pena pecuniária de 5.000 a 100.000 UFIR (de R\$ 5.300,00 a R\$ 106.000,00 aproximadamente). E que o desvirtuamento da publicidade institucional (art. 37, § 1º, da CF),



caracterizado o abuso de poder, impõe a inelegibilidade de 8 anos ao agente e também a cassação dos eleitos (art. 74, da Lei n. 9.504/97).

Cientifique desta Recomendação o Juízo desta Zona Eleitoral, os respectivos Prefeitos Municipais, os Presidentes das Câmaras de Vereadores e os Procuradores-Gerais dos Municípios, para que estes últimos comuniquem os Srs. Secretários Municipais e eventuais dirigentes de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista mantidas pelos seus respectivos Municípios.

Publique, também, no Diário Oficial Eletrônico do MP.

Ponta Porã, 30 de julho de 2020.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES
Promotor Eleitoral

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

RIO NEGRO

EDITAL N.º 24/2020

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Rio Negro/MS.

Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil n.º 06.2020.00000937-6

Requerente: Procuradoria da República no Município de Coxim-MS

Requeridos: Secretaria Municipal de Saúde de Rio Negro e Hospital e Maternidade Idimaque Paes Ferreira.

Assunto: “Apurar possíveis irregularidades físicas, técnicooperacionais e sanitárias no Hospital e Maternidade Idimaque Paes Ferreira, localizado no município de Rio Negro, conforme Relatório Técnico de Inspeção nº 118/2019.”

Rio Negro, 06 de agosto de 2020

DANIEL HIGA DE OLIVEIRA
Promotor de Justiça